

O papel da modalização no jogo discursivo: um estudo da construção *pode ser (...), mas ...*

(The role of modalization on discourse game:
an analysis of construction *pode ser (...), mas ...*)

Cibele Naidhig de Souza Carrascossi¹

¹Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara

cibelecarrascossi@hotmail.com, cibelecarrascossi@yahoo.com.br

Abstract: The goal of this paper is to analyze occurrences of expression *pode ser* (as a predicate of an embedded proposition or as an independent structure), followed by an objection introduced by *mas* (*pode ser (...), mas*) in Portuguese. Based on the functionalist theory, we study the modal value and the communicative and argumentative strategy which are expressed in these contexts. The analysis reveals the modality as an essential category for the management of different points of view in discourse which also involves the defense and protection of face.

Keywords: functionalism; modal verbs; *pode ser*; adversative relation

Resumo: O objetivo deste trabalho é analisar, na língua portuguesa, ocorrências da expressão *pode ser* (como predicado encaixador de proposição ou como construção independente), seguida de objeção introduzida por *mas* (*pode ser (...), mas*). Com base na teoria funcionalista, estudam-se o valor modal e as estratégias comunicativas e argumentativas que se manifestam nesses contextos. O exame revela a modalidade como uma categoria fundamental para o trabalho de defesa e proteção de faces, para o gerenciamento de diferentes perspectivas no discurso.

Palavras-chave: funcionalismo; verbos modais; *pode ser*; relação adversativa.

Introdução¹

Embora muito já se tenha escrito sobre modalização linguística, pouco esclarecido está, ainda, o papel da categoria como orientadora da interação comunicativa, função que se salienta ao exame de determinadas construções modalizadoras, como *pode ser*.

Neste trabalho investigam-se ocorrências de *pode ser* em dois contextos sintáticos distintos: como predicado encaixador de proposição, exemplificado por (1); como construção independente, exemplificado por (2).

- (1) Acomodou o corpanzil como pôde no espaço que nos cabia, olhou para mim de um jeito conhecido e disse:
— Quer dizer que estão comentando o fato de você ter deixado o pássaro voar?
Não havia maldade, ironia ou censura na frase. Pelo que eu conhecia de Aurélio, a observação significava: “Cuidado, amigo, podem te ferrar”.

¹ As considerações apresentadas neste artigo são parte revista da tese de doutorado desenvolvida sob orientação da Profa. Dra. Maria Helena de Moura Neves, com bolsa do CNPq (processo n. 141343/2008-7), na Unesp, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara (CARRASCOSSI, 2011).

- O pássaro que deixei voar, Aurélio, não consegue ultrapassar nem o muro do quintal. **Pode ser que** seja menos inofensivo do que imaginei, **mas** não acredito que seja um assassino. Trata-se de um tímido. Falta a ele o desassombro do matador. (OSC)²
- (2) — Deixa de besteira, Luís. Ela deu o colar a tia Matilde, em Poços.
- **Pode ser... Mas** abre logo essa mão e passa minha parte. (COT)

No primeiro caso, *pode ser* constitui um predicado encaixador de proposição, introduzindo um conteúdo oracional, analisado como sujeito oracional. Em ocorrências como (2), por outro lado, *pode ser* é uma fórmula avulsa.

Os contextos em que a expressão *pode ser* é seguida de uma objeção introduzida por *mas*, como (1) e (2), são muito recorrentes e constituem fórmula extremamente produtiva para o gerenciamento de diferentes perspectivas no discurso, conforme revelarão as análises. Usos discursivos semelhantes ao de *pode ser*, nesses enunciados, são encontrados também em outras línguas, tais como o inglês (COATES, 1983 apud SWEETSER, 1990; SWEETSER, 1990; NUYTS, 2001), o holandês e o alemão (NUYTS, 2001). Essas considerações despertaram a atenção por uma investigação mais cuidada desses dados, na língua portuguesa.

Interessa, então, a este trabalho estudar a construção *pode ser* (predicado encaixador de proposição ou construção independente.), *mas...* (*pode ser(...)*, *mas...*) analisando-se o valor modal e as estratégias comunicativas, argumentativas que aí se manifestam. Será demonstrado que a investigação dessa construção revela o papel da modalidade como organizadora e reguladora da interação comunicativa, função que é negligenciada pelas conceituações mais tradicionais.

Como suporte teórico-metodológico, adota-se a teoria funcionalista da linguagem, mais especificamente nos termos de Dik (1997a, 1997b), em que se privilegia, acima de tudo, a funcionalidade das estruturas linguísticas em usos efetivos. O estudo da modalização, que se realiza nas situações de interação entre os usuários da língua, requer uma base teórica que considere a língua em uso, que inclua na análise, além da estrutura linguística, a situação comunicativa, o propósito do evento da fala, seus participantes e seu conteúdo discursivo.

Cabe esclarecer, ainda, que o *corpus* da pesquisa é constituído por textos escritos e falados. Analisaram-se textos do banco de dados do Laboratório de Lexicografia da UNESP de Araraquara, que possui mais de 200 milhões de ocorrências em textos escritos diversificados pelos tipos dramático, oratório, de propaganda, técnico, romanesco e jornalístico. Selecionaram-se, para exame, os textos do período compreendido entre 1950 e 2000. Os textos falados investigados são provenientes do Projeto NURC (Norma Urbana Culta). Examinaram-se 60 inquéritos distribuídos igualmente pelas cinco capitais (Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Salvador) e pelos três tipos (D2 – diálogo entre dois informantes; DID – diálogo entre informante e documentador; EF – elocução formal) abarcados pelo projeto.

Além da introdução e das considerações finais, o artigo está dividido em três seções. Primeiramente, discute-se a questão da modalidade e assenta-se a proposta de estudo da

² As letras entre parênteses são uma abreviatura do nome da obra, tal como foi dada no banco de dados do Laboratório de Lexicografia da Unesp, FCL, Araraquara, de onde essas ocorrências foram extraídas. Adiante será esclarecida a constituição do corpus da pesquisa.

modalidade a partir de sua multifuncionalidade nos enunciados. Em seguida, analisa-se a fórmula *pode ser(...), mas...* como peça do jogo discursivo, como estratégia de gerenciamento de pontos de vista divergentes, e busca-se, ainda, investigar o valor adversativo nessas construções.

A modalidade

As modalidades constituem categoria linguística de grande complexidade e, por isso, difícil de ser apreendida, conforme atesta o grande volume de material que já se produziu sobre o tema, comparado à abundância de dissensos e de questões polêmicas.

Não cabe nos limites deste artigo explorar a instigante complexidade das modalidades, o que implicaria problematizar diversas questões que ao analista se impõem.³ Para este artigo, importa demonstrar, apenas, que as noções mais convencionais não dão conta da funcionalidade das modalidades no gerenciamento da interação verbal.

As primeiras reflexões sobre modalidade têm suas origens nos estudos aristotélicos, em que se propõem as noções modais de possibilidade e de necessidade, e a ideia de que esses conceitos são interdefiníveis a partir da negação. No entanto, parece ponto pacífico, nos estudos linguísticos, que a análise lógica não se mantém, dado que nela a modalidade fica definida em termos de relações de verdade, independentemente do enunciador. Apesar disso, como observa Neves (2006), os estudos linguísticos são muito influenciados pela visão lógica e, então, os conceitos de possibilidade e de necessidade dificilmente não estão presentes na definição de modalidade.

Outra forma de delimitar a modalidade relaciona-se com a noção de *factualidade* (LYONS, 1977; NARROG, 2005) também referida pelos termos *real/irreal* (PALMER, 1986) ou *validade* (KIEFER, 1987). De modo bastante geral, a modalidade seria marcada pela não factualidade, ou seja, pela indeterminação em relação ao estatuto factual, o que significa que um enunciado modalizado não é nem positivamente, nem negativamente factual. Porém, como diz Palmer (1986, p.18), seria um erro limitar o estudo da modalidade à não factualidade, porque as declarações factuais, como as sentenças que marcam opinião ou julgamento do enunciador (não factuais), são subjetivas, representam pontos de vista do falante.

A concepção de modalidade baseada na noção de subjetividade é, em geral, bastante aceita, e encontra-se diferentemente expressa nas definições de teóricos e estudiosos:

[...] um meio usado pelo falante para expressar sua opinião ou atitude acerca de uma proposição que a sentença expressa ou a situação que a proposição descreve (LYONS, 1977, p. 436);⁴

[...] o modo pelo qual o significado de uma frase é qualificado de forma a refletir o julgamento do falante sobre a probabilidade de ser verdadeira a proposição por ele expressa (QUIRK et al., 1985, p. 219);

[...] a relação que se estabelece entre o sujeito da enunciação e seu enunciado (MAINGUENEAU, 1990, p. 180);

3 Para uma reflexão mais profunda, sugere-se a leitura do capítulo 2 de Carrascosi (2011), em que se problematiza a categoria modalidade, discutindo-se, principalmente, sua conceituação e sua classificação.

4 As citações em língua estrangeira foram traduzidas para o português, tradução sobre a qual a autora deste artigo responsabiliza-se.

[...] a expressão da subjetividade de um enunciador que assume com maior ou menor força o que enuncia, ora comprometendo-se, ora afastando-se, seguindo normas determinadas pela comunidade em que se insere. (CORACINI, 1991, p. 113)

Embora esse tipo de conceituação seja o mais comumente encontrado nos estudos de modalidade, ele não prevê a atuação da categoria em determinadas situações de interlocução. A modalidade marca a participação do enunciador na comunicação, que é realizada sob certas pressões interacionais e com o intuito de alcançar determinados objetivos comunicativos ou determinados efeitos discursivos. É preciso, então, atentar-se para o recurso pragmático que a modalidade representa no discurso. Especialmente na conversação, a modalidade pode assumir a função de reguladora e organizadora da interação verbal, e esse aspecto é negligenciado pelos trabalhos que a investigam com base em definições como as apresentadas.

Mais especificamente, o entendimento da modalidade como opinião ou atitude do falante em relação ao conteúdo proposicional por ele expresso tem alcance restrito, afinal, a modalidade:

- a) não é só atitude/opinião do falante em relação ao seu enunciado, pode ser atitude/opinião em relação ao enunciado do interlocutor também;
- b) não incide necessariamente sobre um conteúdo proposicional;
- c) pode estar fortemente ligada ao domínio discursivo, em determinados enunciados, e, por isso, nesses casos, sua principal função não é expressar um posicionamento de quem fala, e sim gerenciar a interação verbal.

Tais pontos serão explorados na seção seguinte, com a análise dos dados. Por ora, cabe ressaltar que se entende, neste estudo, que um tratamento adequado da modalidade deve considerar seu papel no processamento textual, na interação, ou “tensão”, comunicativa que se estabelece entre falante e ouvinte. Algumas reflexões direcionadas para a discussão da modalidade como orientadora da interação são encontradas em Hoffnagel (1997) e em Miranda (2000).

Analisando a modalidade epistêmica, Hoffnagel (1997) chama a atenção para o caráter intersubjetivo da modalização indicando que “além de explicar as atitudes do falante com respeito às proposições propostas, os modalizadores epistêmicos são empregados, também, para comunicar atitudes do falante, em relação a seus interlocutores” (HOFFNAGEL, 1997, p. 150).

Miranda (2000), em uma perspectiva sociocognitivista, argumenta que a modalidade deve ser considerada como operador sobre domínios dentro da cena comunicativa. A modalidade, segundo a autora, sinaliza sempre o trabalho com a face, regula a entrada em cena dos sujeitos participantes e o jogo de forças que se instaura nessa encenação.

Com base nas considerações apresentadas, propõe-se, neste trabalho, estudar a modalidade a partir de duas dimensões, pelas quais a categoria se realiza nos enunciados. Essas direções de modalidade, embora distintas, não são dicotômicas:

- a) a **orientada para o falante** – refere-se àquilo que o falante tem em mente (atitudes, crenças, julgamentos, etc.), serve para codificar experiência, especificar atitude em relação à validade do conteúdo modalizado no nível do conteúdo;

- b) a **orientada para o ouvinte** – marca estratégia comunicativa do falante, serve para regular a interação verbal, influir sobre os interlocutores.

No primeiro caso, a modalidade corresponderia ao entendimento mais convencional que a define como atitude ou opinião do sujeito enunciador em relação ao seu enunciado (LYONS, 1977; QUIRK et al., 1985; MAINGUENEAU, 1990; CORACINI, 1991; entre outros) e marcaria subjetividade.

Orientada para o ouvinte, a modalidade assume a função destacada por Hoffnagel (1997) e Miranda (2000), ou seja, é reguladora da situação comunicativa, sinalizando o trabalho de defesa e de proteção de faces (BROWN; LEVINSON, 1987).

Pode-se postular que essas duas direções da modalidade correspondem, respectivamente, às funções ideacional e interpessoal, como definidas por Halliday (1970, 1985), que não são excludentes, mas complementares. As sentenças são construídas simultaneamente como mensagem e como evento de interação (HALLIDAY, 1970; DIK, 1997a, 1997b). Como observa Halliday, “há uma região semântica em que as duas funções, a ideacional e a interpessoal, se sobrepõem, aquela do comentário do falante sobre o conteúdo” (HALLIDAY, 1970, p. 349).

Na **função ideacional**, a linguagem serve para expressar conteúdo, relacionado às experiências do falante, do mundo real ou mental (HALLIDAY, 1970, p. 325). Neves (1997, p. 12) esclarece que, no componente ideacional, as experiências do mundo mental podem envolver reações, cognições, percepções, assim como atos linguísticos de falar e de entender.

Na **função interpessoal**, por outro lado, a linguagem é utilizada como um meio de participação na situação de fala, ou seja, a linguagem relaciona-se com o estabelecimento de papéis sociais na comunicação, é um meio de estabelecer relações entre falante e ouvinte (HALLIDAY, 1970, p. 325). O elemento interpessoal serve, “num contexto mais amplo, ao estabelecimento e à manutenção dos papéis sociais, que, afinal, são inerentes à linguagem” (NEVES, 1997, p. 13).

As duas funções são entendidas como pontos extremos de um *continuum*, dentro do qual não há fronteiras rígidas entre o domínio ideacional e o interpessoal. Ou seja, não há relação dicotômica entre as duas funções, embora uma delas possa ser preponderante em determinado contexto.

A construção *pode ser (...), mas...* revela claramente essa multifuncionalidade da modalidade e, principalmente, a indica como categoria de gerenciamento e organização da interação comunicativa, conforme a análise que se segue.

Pode ser (...), mas, estratégia de gerenciamento de pontos de vista divergentes

Das 357 ocorrências da expressão *pode ser* (predicado encaixador de proposição ou construção sintaticamente independente) localizadas nas amostras de fala e de escrita, 84 (ou seja, 23%) são seguidas de uma objeção introduzida por *mas (pode ser (...), mas...)*, como nas ocorrências (1) e (2), apresentadas na introdução.

A estratégia do enunciador, nessas sentenças, consiste em atribuir validade a uma possível objeção a seu raciocínio, mas considerá-la irrelevante. Em outras palavras, o enunciador parte de um pensamento oposto ao seu e sobre ele assenta sua declaração.

Considere-se a ocorrência (3):

- (3) Tendo ouvido falar que eu, quando menino, fui escoteiro, uma jovem leitora de São Paulo, Célia Maria, me escreve para dizer que, como bandeirante, tem curiosidade em saber o que significou o escotismo para mim.

Antes de mais nada: ainda existem escoteiros? A bem dizer, há muito tempo que não vejo um. A não ser que hajam passado a andar à paisana, como os padres e os militares mais discretos.

Segundo aquela definição lusitana, o escotismo vem a ser um bando de miúdos vestidos de parvos, comandados por um parvo, vestido de miúdo. **Pode ser** que hoje em dia assim seja, **mas** para mim foi um pouco mais que isso. (FE-CR)

O enunciador apresenta uma breve avaliação sobre o que representa o escotismo nos dias atuais, para, em seguida, introduzir, em sentido oposto, a sua impressão. Desse modo, o produtor do texto prevê um ponto de vista contrário ao seu e se antecipa a ele, admitindo-o e atribuindo-lhe alguma relevância (*pode ser que hoje em dia assim seja*). A concordância não é, entretanto, registrada sem resistência, não é absoluta. O fato admitido vem modalizado, situado no campo da incerteza, da possibilidade. O argumento definitivo (*para mim foi um pouco mais que isso*) surge em sentido contrário à admissão, tirando-lhe, assim, a validade absoluta.

Essa operação constitui um recurso na tarefa do *fazer crer*, na medida em que diminui a assertividade da declaração, ou, em outros termos, “prepara o terreno” para que a argumentação seja bem recebida pelo interlocutor. Um discurso sem concessões, autoritário, tem menos força argumentativa que um fundamentado na liberalidade, ainda que aparente.

A objeção assumida nesses enunciados pode ser advinda de um raciocínio do próprio falante que pressupõe posicionamentos contrários, como na ocorrência (3), mas também pode ser a retomada da fala do interlocutor. Esses últimos casos, naturalmente, ocorrem apenas em textos dialógicos:

- (4) Luiz Raul - Sempre tive a impressão que você tem um profundo desprezo pela gente... Você sempre age como se fosse melhor que todos nós. .. Tão superior, tão grave, tão coerente...

Léo - Isso não é verdade.

Luiz Raul - **Pode ser** que não seja, **mas** é a minha impressão... (RE-D)

O que se observa em ocorrências como (4) é que o enunciador finge admitir a validade da objeção. O falante apropria-se do enunciado do interlocutor e, modalizando-o como possível/eventual, diminui seu valor de verdade. Em seguida, ele reitera a validade de seu pensamento (*mas é a minha impressão*), o que significa que a admissão é apenas retórica.

Concordar com o outro, nesses enunciados, pode ser entendido como uma forma de o falante evitar um “confronto” direto, protegendo-se, assim, de uma possível contra-argumentação.

Essa admissão de objeção feita por meio da retomada de um argumento do interlocutor não é muito frequente com *pode ser* – predicado encaixador de proposição, como

em (4). Nesses casos, o mais comum é *pode ser* – construção independente. Note-se que a ocorrência (4) é perfeitamente parafraseável por “pode ser, mas é minha impressão”. Dado que esses são usos fortemente ligados ao domínio discursivo, na maioria dos casos, o enunciador opta pela forma mais reduzida, que, em geral, tem âmbito de incidência bastante claro, como na ocorrência (5):

- (5) — Quem? O Habib? Ah, ele é turco mas é ótima pessoa. Um grande amigo.
— **Pode ser, mas** é muito esquisito. Eu ouvi o Martinho da venda contando que esse turco come carne crua. Não dessas assim, mal passadas. Crua mesmo. (ID)

Em (5), a concordância do enunciador é em relação ao enunciado anterior, e isso é facilmente recuperável no discurso: *eu concordo/ eu admito que ele seja ótima pessoa, um grande amigo*. Como nas ocorrências analisadas anteriormente, há a mesma operação de “avanço e recuo” em relação ao argumento alheio: o falante concorda com seu ouvinte, porém apresenta um argumento contrário (*é muito esquisito*), o qual prevalece.

Usos discursivos semelhantes ao de *pode ser* nesses enunciados são encontrados também em outras línguas. No inglês, Coates (1983, p. 134 apud NUYTS, 2001, p.224), Sweetser (1990) e Nuyts (2001), entre outros, identificaram usos discursivos semelhantes para o modal *may*. Nuyts (2001) observa que os modais *kunnen*, no holandês, e *können*, no alemão, também se apresentam nesse tipo de uso. Nesses enunciados, os modais indicam que, embora o enunciador não queira ou não possa rejeitar uma sugestão do interlocutor, ele também não quer aprová-la (NUYTS, 2001, p. 225).

Com base em sentenças com o verbo modal *may*, em construções muito próximas a *pode ser (...), mas...*, Sweetser (1990) postula que verbos modais se estendem do mundo epistêmico para o mundo conversacional (atos de fala). Analisem-se os enunciados (6) e (7), retirados de Sweetser (1990, p.70):

- (6) He may be a university professor, but he sure is dumb.
(Ele pode ser um professor universitário, mas certamente é ignorante.)
- (7) He may be a university professor, but I doubt it because he’s so dumb.
(Ele pode ser um professor universitário, mas eu duvido que seja, porque ele é muito ignorante)

A interpretação de sentenças como (6) pressupõe a verdade do primeiro segmento (*ele é um professor universitário*), que é uma admissão do enunciador situada no domínio discursivo. Sweetser (1990) propõe que esse enunciado pode ser entendido em termos de “no nosso mundo conversacional, **eu admito que** ele seja professor universitário, **apesar disso, eu insisto que** ele é ignorante”. Sweetser (1990) denomina esse tipo de modalização como “modalidade no nível dos atos de fala”.

Enunciados como (7), por outro lado, têm leitura epistêmica normal, pois envolvem uma conjectura do enunciador. Em (7), “ele pode ser professor universitário” é entendida como uma inferência do falante. Sweetser (1990) indica que uma paráfrase apropriada para essa sentença seria “**É possível que** ele seja professor universitário”.

De modo semelhante, no caso de *pode ser (...), mas*, algumas ocorrências estão mais ligadas ao domínio epistêmico e outras estão mais relacionados ao domínio discursivo. Comparem-se os enunciados (4) e (5), repetidos por conveniência, com o enunciado (8):

- (4) Luiz Raul - Sempre tive a impressão que você tem um profundo desprezo pela gente... Você sempre age como se fosse melhor que todos nós. .. Tão superior, tão grave, tão coerente...
Léo - Isso não é verdade.
Luiz Raul - **Pode ser** que não seja, **mas** é a minha impressão... (RE-D)
- (5) — Quem? O Habib? Ah, ele é turco mas é ótima pessoa. Um grande amigo.
— **Pode ser, mas** é muito esquisito. Eu ouvi o Martinho da venda contando que esse turco come carne crua. Não dessas assim, mal passadas. Crua mesmo. (ID)
- (8) Deve ser coisa importante, pois ouvi a campainha tocar várias vezes, uma a caminho da porta e pelo menos três dentro do sonho. Vou regulando a vista, e começo a achar que conheço aquele rosto de um tempo distante e confuso. Ou senão cheguei dormindo ao olho mágico, e conheço aquele rosto de quando ele ainda pertencia ao sonho. Tem a barba. **Pode ser** que eu já tenha visto aquele rosto sem barba, **mas** a barba é tão sólida e rigorosa que parece anterior ao rosto. (EST)

Nas ocorrências (4) e (5), *pode ser* marca uma admissão situada no mundo conversacional. Por isso, a concordância em (4) e (5) é apenas aparente, serve como atenuadora da declaração do enunciador, conforme discutido, e a modalidade, nesse caso, é orientada para o ouvinte. Diferentemente, em (8), o enunciador expressa uma crença sobre a possibilidade de determinada proposição ser verdadeira e se tem, então, a modalidade orientada para o falante. Em (8), *pode ser* sinaliza uma avaliação do enunciador de que é possível ele já ter visto aquele rosto sem barba.

O que se verifica, no *corpus* da pesquisa, é que os casos em que a *pode ser* (predicado encaixador de proposição ou construção independente) se segue objeção introduzida por *mas*, a modalidade é em poucos casos como (8), orientada para o falante, sendo predominantemente orientada para o ouvinte, como (4) e (5).

Representando uma admissão falsa, assentada no mundo discursivo, a construção *pode ser (...)*, *mas* sinaliza, portanto, um jogo em que o enunciador finge concordar com uma opinião divergente a fim de diminuir o impacto negativo que sua declaração possa ter. Quando o enunciador utiliza esse mecanismo, revela consciência de que não está transitando por um território pacífico, ausente de controvérsias. O efeito que se obtém é a atenuação da força do contra-argumento, que, afinal, o enunciador introduz. Como tal, a operação *pode ser* pode ser entendida como um recurso de proteção e defesa de faces (BROWN; LEVINSON, 1987).

Esses usos podem ser considerados como marcadores de rejeição (*disclaimers*), na classificação dos marcadores de atenuação proposta por Rosa (1992) que é baseada em Fraser (1980). Os marcadores de rejeição precedem atos que são avaliados pelo enunciador como possivelmente ameaçadores da sua face ou da do interlocutor (críticas, proibições, ordens, etc.) e, então, têm a função de afastar, por antecipação, possíveis reações desfavoráveis do ouvinte.

A construção *pode ser (...)*, *mas* é um recurso que o enunciador utiliza para evitar um ato que possa ameaçar a face, tanto do falante, quanto do ouvinte. Ocorre que, ao mostrar-se atencioso com relação ao ponto de vista contrário ao seu, o enunciador busca minimizar a possibilidade de desaprovação, protegendo sua face. Simultaneamente, nesse movimento o enunciador preserva a face do interlocutor, pois não rejeita diretamente a sua opinião, evitando, assim, um ato que seja ameaçador à face do ouvinte.

A relação adversativa em *pode ser (...) mas*

As construções adversativas caracterizam-se por apresentar sempre admissão e oposição. Nas palavras de Neves (1984, p. 23) reconhece-se uma entidade, “para posterior registro de sua desconsideração, negação, anulação, rejeição”. A autora propõe que a oposição vai de um mínimo, a condição de simples desigualdade, a um máximo, anulação, enquanto a admissão vai de um mínimo, o simples reconhecimento ou registro de existência, a um máximo, a concessão.

Conforme as análises apresentadas na seção anterior, a construção *pode ser*, quando seguida de *mas*, sinaliza uma admissão, em que fica clara uma concordância. Por isso, *pode ser* constitui um ambiente favorável à ocorrência de uma oração adversativa com *mas*. É o que se nota no enunciado (3), já apresentado:

- (3) Segundo aquela definição lusitana, o escotismo vem a ser um bando de miúdos vestidos de parvos, comandados por um parvo, vestido de miúdo. **Pode ser** que hoje em dia assim seja, **mas** para mim foi um pouco mais que isso. (FE-CR)

Admissão e oposição estão na base argumentativa desses enunciados. A primeira parte, concordância com uma possível objeção (*pode ser que hoje em dia assim seja*), aponta para uma conclusão que validará o fato admitido. No entanto, contrariando essa expectativa, a oração seguinte (*mas para mim foi um pouco mais que isso*) apresenta a opinião definitiva que encaminha a conclusão para uma direção oposta à da primeira oração.

A contrariedade a uma expectativa criada é uma invariante das construções adversativas e é, também, o ponto que as aproxima das construções concessivas. Tanto nas adversativas, quanto nas concessivas, o falante sente o peso da argumentação contrária e se antecipa, atribuindo alguma validade a essa objeção, porém, desconsiderando-a. Para Koch (1995), a diferença é de estratégia argumentativa:

Do ponto de vista semântico, os operadores do grupo *mas* e os do grupo *embora* têm funcionamento semelhante: eles opõem argumentos enunciados de perspectivas diferentes, que orientam, portanto, para conclusões contrárias. A diferença entre os dois grupos diz respeito à estratégia argumentativa utilizada pelo locutor: no caso de *mas*, ele emprega (segundo E. Guimarães) a “estratégia do suspense”, isto é, faz com que venha à mente do interlocutor a conclusão R, para depois introduzir o argumento (ou conjunto de argumentos) que irá levar à conclusão ~R; ao empregar o *embora*, o locutor utiliza a “estratégia de antecipação”, ou seja, anuncia, de antemão, que o argumento introduzido pelo *embora* vai ser anulado, “não vale”. (KOCH, 1995, p. 36-37)

Dada essa semelhança, as orações adversativas são parafraseáveis por orações concessivas, como preveem os esquemas de Neves (1999, p. 565-564), aqui adaptados, usando-se o exemplo (3) como padrão.

- Pode ser que hoje em dia assim seja, mas para mim foi um pouco mais que isso.

Esquema adversativo (admissão, assentimento)

(a) **eu admito / eu concordo** que hoje em dia assim seja.

(b) **de qualquer modo / ainda assim**, para mim foi um pouco mais que isso.

- Embora hoje em dia assim seja, para mim foi um pouco mais que isso.

Esquema concessivo (refutação de uma possível objeção)

(a) **você/ alguém** pode me objetar que hoje em dia assim seja e eu **não desconheço isso**.

(b) **de qualquer modo / ainda assim**, para mim foi um pouco mais que isso.

Esses esquemas mostram que a adversativa salienta a admissão de uma objeção, enquanto a concessiva enfatiza a refutação de uma possível objeção. O ponto de contato entre as construções é o não atingimento da expectativa, marcada por uma relação contrastiva.

O valor opositivo do *mas* é estabelecido segundo diferentes escalas. Neves (1984) subdivide os enunciados com *mas* em dois grandes grupos, contraposição (as duas entidades relacionadas por *mas* são confrontadas, distinguidas) e eliminação (o segundo membro coordenado elimina o primeiro, de algum modo), os quais abrigam outros subagrupamentos. A contraposição pode estabelecer-se em direções opostas, na mesma direção ou em paralelo. A eliminação pode ocorrer ligada a uma relação temporal ou não, com ou sem re colocação.

Analisando a oposição que o *mas* estabelece nas construções do tipo *pode ser (...)*, *mas* verifica-se que o segmento introduzido por *mas* não anula totalmente a admissão apresentada pelo segmento anterior. O efeito de sentido dessas construções é que o argumento contrário possui alguma validade para o enunciador.

O *mas* que coocorre com *pode ser*, se visto de acordo com a proposta de Neves (1984), situa-se no primeiro grupo, a contraposição, já que relaciona argumentos em direções opostas ou em paralelo, como exemplificam as ocorrências seguintes:

- (9) **Pode ser que** o engenheiro de algumas escolas, de saída, não esteja com uma formação obsoleta, **mas** certamente pode ter conhecimentos totalmente insuficientes (PT-T)
- (2) — Deixa de besteira, Luís. Ela deu o colar a tia Matilde, em Poços.
— **Pode ser... Mas** abre logo essa mão e passa minha parte. (COT)

Em ambos os casos, estabelece-se uma relação de desigualdade, que é a relação que Neves (1984) aponta como invariante no uso de *mas*, o que se liga à etimologia da palavra. Em (9), o segmento *mas certamente pode ter conhecimentos totalmente insuficientes* restringe a admissão anterior (*o engenheiro de algumas escolas, de saída, não está com uma formação obsoleta*), marcando uma oposição em direção oposta (NEVES, 1984). Em (2), o segmento *mas abre logo essa mão e passa minha parte* não marca uma oposição àquilo que foi admitido (*ela deu o colar para a Tia Matilde*), e sim acrescenta um novo foco à conversação. Desse modo, considera-se que haja, em (2), uma contraposição em direção paralela (NEVES, 1984).

A divergência entre os dois valores de *mas* em (9) e (2) deve ser vista em termos discursivos. A relação de desigualdade em (9) está assentada no campo do conhecimento, das ideias (mundo epistêmico), enquanto em enunciados como (2) o *mas* marca um desnível no campo discursivo (mundo conversacional, dos atos de fala). Note-se que, com *pode ser, mas...*, em (2), o enunciador muda o rumo da interação entre os interlocutores, indicando que não está interessado em continuar interagindo no plano das ideias, pois pretende obter a realização de uma ação.

Uma proposta de exame do item *mas* que vem ao encontro de tais considerações é a apresentada por Castilho (2010), que examina o valor do conectivo *mas* no sistema discursivo e no sistema gramatical, relacionando-o à sua gramaticalização. Como Neves (1984), o autor lembra que *mas* deriva do advérbio latino *magis*, cujo valor semântico básico era estabelecer comparações de quantidade e de qualidade e, secundariamente, servia para marcar a inclusão de indivíduos em um conjunto. O valor adversativo surgiu por meio de um processo metonímico, em que *mas* passa a atuar, no sistema da gramática, como uma conjunção de contração. Castilho mostra que, no sistema discursivo, como marcador discursivo e como conectivo textual, *mas* tem preservado o valor de inclusão, como se verifica no enunciado (2). Nesses casos, diz-se que o *mas* possui um valor de inclusão, pois introduz um argumento, uma ideia nova, mudando o rumo do discurso.

Nem sempre é fácil, porém, distinguir o valor de contração e de acréscimo em *mas*. Segundo Castilho (2010), esses valores coexistem em diferentes expressões sincrônicas da língua, podendo situar-se em um eixo que iria de *inclusão* para *contração*, sem muita nitidez separando um uso do outro.

A análise das ocorrências revela que, nos usos mais discursivos de *pode ser*, o *mas* acrescenta algo novo, como exemplificado em (2). Porém, mesmo nesses casos, o conectivo marca um desnível, o que corrobora a postulação de Neves (1984), segundo a qual a noção de desigualdade é básica no valor de *mas*.

Considerações finais

O trabalho buscou enfatizar a modalidade como indexadora de uma estratégia pragmática do enunciador. A pesquisa revela a modalidade como uma categoria multifuncional que não se limita à expressão de um constructo do falante em relação a uma proposição, como muitas vezes está definida nos estudos, mas que marca, principalmente, a participação do enunciador na comunicação, realizada sob certas pressões interacionais e com o intuito de alcançar determinados objetivos comunicativos ou determinados efeitos discursivos.

O estudo da modalidade não pode desconsiderar tal multifuncionalidade da categoria. Desse modo, propôs-se, neste trabalho estudar a modalidade reconhecendo-se duas direções: orientada para o ouvinte e orientada para o falante. No primeiro caso, a modalidade corresponde a uma estratégia pragmática, serve para influir sobre os interlocutores, é gerenciadora da interação comunicativa. No último caso, a modalidade indexa uma experiência do enunciador, especifica atitude em relação à validade do conteúdo modalizado, no nível do conteúdo. As duas direções de modalidade são distintas, mas, de forma alguma, excludentes.

As análises indicam que a fórmula *pode ser (...), mas...* destaca grandemente o papel da modalidade como peça de gerenciamento discursivo, orientada para o ouvinte. Nesses contextos, com *pode ser*, o enunciador admite uma contra-argumentação, atribuindo-lhe alguma relevância. A objeção introduzida por *mas* traz o argumento definitivo. A admissão (*pode ser*) é apenas aparente, é uma forma de evitar um “confronto direto”.

Verificou-se, ainda, que os casos em que a construção não funciona como gerenciadora da “tensão” comunicativa, e sim como orientada para o falante, são pouco frequentes.

Por fim, o estudo da relação adversativa nessas ocorrências confirma a operação de admissão e oposição, de avanço e recuo e indicam que há usos mais ligados à interação

comunicativa em que o conectivo *mas* tende a marcar um desnível no campo discursivo e não no campo do conhecimento.

REFERÊNCIAS

BROWN, P.; LEVINSON, S. C. *Politeness. Some universals in language usage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

CARRASCOSSI, C. N. S. *Gramaticalização e (inter)subjetivização na modalização em português: um estudo de pode ser*. 2011. 170 f. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Unesp, Araraquara.

CASTILHO, A. T. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

COATES, J. *The Semantics of the Modal Auxiliaries*. London: Croom Helm, 1983.

CORACINI, M. J. R. F. E a questão da modalidade? In: _____. *Um fazer persuasivo. O discurso subjetivo da ciência*. São Paulo: Pontes/Educ, 1991. p. 112-132.

DIK, S. C. *The Theory of Functional Grammar*. Part 1: The Structure of the Clause. 2. ed. rev. Kees Hengeveld (Ed.). Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 1997a.

_____. *The theory of Functional Grammar*. Part 2: Complex and derived constructions. 2. ed. Kees Hengeveld (Ed.). Berlin, New York: Mouton de Gruyter, 1997b.

FRASER, B. Conversational Mitigation. *Journal of Pragmatics*, v. 4, p. 341-350, 1980.

HALLIDAY, M. A. K. Functional Diversity in Language as Seen from a Consideration of Modality and Mood in English. *Foundations of Language*, v. 6, n. 3, p. 322-361, 1970.

_____. *An Introduction to Functional Grammar*. Baltimore: Edward Arnold, 1985.

HOFFNAGEL, J. C. A modalização epistêmica no processamento textual da fala. In: KOCH, I. G. V.; BARROS, K. S. M. (Org.) *Tópicos em linguística do texto e análise da conversação*. Natal: EDUFRN, 1997. p. 147-156.

KIEFER, F. On Defining Modality. *Folia linguística*, v. 21, n. 1, p. 67-93, 1987.

KOCH, I. G. V. A articulação entre orações no texto. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 28, p. 9-18, jan./jun.1995.

LYONS, J. *Semantics* 1. Cambridge: Cambridge University Press, 1977.

MAINGUENEAU, D. *Éléments de linguistique pour texte littéraire*. Paris: Bordas, 1990.

MIRANDA, N. S. *A configuração das arenas comunicativas no discurso institucional: professores versus professores*. 2000. 196 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Belo Horizonte.

NARROG, H. On defining modality again. *Language Sciences*, v. 27, p. 165-192, 2005.

NEVES, M. H. M. O coordenador interfrasal *mas* – invariância e variantes. *Alfa*, São Paulo, v. 28, p. 21-42, 1984.

_____. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. As construções concessivas. In: NEVES, M. H. M. (Org.) *Gramática do português falado: novos estudos*. v.7. Campinas: Ed. da Unicamp, 1999. p. 545-591.

_____. Imprimir marcas no enunciado. Ou: a modalização na linguagem. In: _____. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 151-166.

NUYTS, J. *Epistemic modality, Language, and Conceptualization: a cognitive-pragmatic perspective*. John Benjamins: Amsterdam/Philadelphia, 2001.

PALMER, F. R. *Mood and Modality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

QUIRK, R.; GREENBAUM, L.; LEECH, G.; SVARTVIK, J. *A Grammar of Contemporary English*. London: Longman, 1985.

ROSA, M. *Marcadores de atenuação*. São Paulo: Contexto, 1992.

SWEETSER, E. E. Modality. In: *From Etymology to Pragmatics. Metaphorical and Cultural Aspects of Semantic Structure*. Cambridge: University Press, 1990. p. 49-75.